

UM COMENTÁRIO SOBRE O LUGAR DO POLÍTICO. NA TEORIA MARXISTA DA HISTÓRIA *

BOITO JR., ARMANDO *

A PROBLEMÁTICA HEGELIANA

DO PREFÁCIO DE 1859

1. As hipóteses para uma teoria da história apresentadas por Marx no famoso *Prefácio* de 1859 ao seu livro *Contribuição à crítica da economia política* assentam—se sobre uma problemática muito próxima da problemática da filosofia da história desenvolvida por Hegel nas suas obras *Lições sobre a filosofia da história* e *Princípios de filosofia do direito* (¹). Essa proximidade é responsável pelo economicismo presente no *Prefácio*, que descarta o papel do político na mudança histórica.

2. Hegel, tanto no *Princípios de filosofia do direito*, que foi publicado em 1821, quanto no curso que ministrou em 1831 e que deu origem ao *Lições sobre a filosofia da história*, apresentara a história como o processo contraditório de autodesenvolvimento do Espírito do mundo, enquanto Marx, escrevendo cerca de vinte e cinco anos mais tarde, apresentou—a como o processo de autodesenvolvimento contraditório das forças produtivas. Trata—se de um *autodesenvolvimento* porque, tanto num autor quanto noutro, a força que move a história é autônoma e primeira (²); trata—se de um autodesenvolvimento *contraditório* porque ambas as forças, o Espírito do mundo e as forças produtivas, existem e se expandem no interior de uma forma que, num dado momento do processo, converte—se de estímulo em obstáculo ao desenvolvimento daquela força — em Hegel, a forma é o Espírito de um povo, aquele que pode desenvolver, até uma determinada etapa, as virtualidades do Espírito do mundo (³); enquanto em Marx, essa forma são as relações de produção, aquela que pode desenvolver, até uma determinada etapa, as forças produtivas. Do mesmo modo que o Espírito do povo grego, numa determinada etapa do desenvolvimento do Espírito do mundo, deixou de ser um estímulo para se converter em um obstáculo àquele desenvolvimento, deixando por isso de ser o “povo dominante na história do mundo”, assim também, o modo de produção escravista antigo, numa determinada etapa do desenvolvimento das forças produtivas, de estímulo converteu—se em obstáculo a esse desenvolvimento e, foi, por isso, substituído por um modo de produção superior. O Marx do *Prefácio* de 1859, literalmente inverteu Hegel, como ele próprio diria mais tarde no *Prefácio à segunda edição alemã* de *O capital*: colocou a economia (forças produtivas e relações de produção) no lugar do Espírito (Espírito univocal e Espírito de um povo), isto é, substituiu uma dialética idealista, que apresentava o mundo de cabeça para baixo, por

* Este texto foi motivado pelas discussões do Grupo de Estudos Althusserianos do Centro de Estudos Marxistas (Cemarx) da Unicamp.

* Professor do Departamento de Ciência Política da Unicamp e editor da revista *Crítica Marxista*.

¹ O conceito de problemática, entendido como “unidade profunda de um pensamento” foi desenvolvido por Louis Althusser em “Sur le jeune Marx” in *Pour Marx*, Paris, François Maspero, 1965.

² Hegel, *La raison dans l’histoire — Introduction à la philosophie de l’histoire*. Tradução, introdução e notas de Kostas Papaionnau, Paris, Union Générale d’Éditions, Coleção 10/18, 1965..

³ Hegel, *idem*, p. 300.

outra materialista. Porém, acrescentaríamos nós, inverter não significa sair do lugar. O texto de 1859 permaneceu prisioneiro da mesma dialética segundo a qual “tudo é um”, isto é, que toda história nada mais é que o desenvolvimento do Espírito (Hegel) ou da economia (*Prefácio* de 1859). Como mostrou Althusser, o economicismo de alguns textos de Marx é um hegelianismo invertido.

3. Ao par conceitual hegeliano corresponde o par conceitual do *Prefácio* de 1859 porque a contradição imanente a cada par e o processo também imanente que tal contradição produz são homólogos: o Espírito do mundo, que é o sujeito transcendental, e o Espírito de um povo, que é a sua realização histórica e efêmera daquele correspondem, respectivamente, às forças produtivas, que é o elemento dinâmico, e relações de produção, que é o elemento estático, porque ocupam os mesmos lugares no jogo de contradição que origina o processo histórico.

UMA NOVA PROBLEMÁTICA NOS

TEXTOS TARDIOS DE MARX?

4. Contudo, como diversos estudos já mostraram, Marx não permaneceu fiel a essa problemática ao longo de toda a sua obra. Na fase conhecida como “tardia” de sua produção, Marx afastou—se dessa visão hegeliana da história — uma evolução espontânea resultante da contradição interna da própria estrutura (⁴). Vale a pena citar uma reflexão do Marx na década de 1870, contida numa de suas cartas sobre a comuna agrária russa. Nessa carta, Marx, depois de afirmar que a sua análise da evolução do feudalismo ao capitalismo é apenas um “esboço histórico da gênese do capitalismo na Europa Ocidental” e não “uma teoria histórico—filosófica da marcha geral imposta a todos os povos”, tece as seguintes considerações.

5. “Em diferentes passagens de *O capital* eu faço alusão ao destino dos plebeus da antiga Roma. Eram originariamente camponeses livres que cultivavam, cada um por sua conta, suas próprias parcelas de terra. No curso da história romana, eles foram expropriados. O mesmo movimento que os separou de seus meios de produção e de subsistência implicou não somente a formação da grande propriedade fundiária, mas também de grandes capitais monetários. Assim, um belo dia havia, de um lado, homens livres, despojados de tudo, exceto de sua força de trabalho e, de outro, para explorar esse trabalho, os detentores de todas as riquezas adquiridas. O que ocorreu? Os proletários romanos transformaram—se não em trabalhadores assalariados, mas em “plebe” ociosa, mais abjeta que os brancos pobres do Sul dos Estados Unidos, e junto a eles não se desenvolveu um modo de produção capitalista, mas escravista. Portanto, acontecimentos de uma surpreendente analogia, mas que ocorreram em meios históricos diferentes, levaram a resultados inteiramente distintos. Estudando cada uma dessas evoluções separadamente e comparando—as em seguida, encontraremos facilmente a chave desse fenômeno, mas nunca chegaríamos a ela com o *passe—partout* de uma teoria histórico—filosófica geral, cuja suprema virtude consiste em ser supra—histórica.” (⁵).

⁴ Consultar sobre a fase dita tardia da produção de Marx o artigo de Pedro Leão da Costa Neto, “Marx tardio: notas introdutórias”, *Crítica Marxista*, n. 17, Rio de Janeiro, Editora Revan, 2003.

⁵ Trecho da carta de Marx, de novembro de 1877, ao Redator do *Otietchestviennii Zapiski*. Apud Rubem Cesar Fernandes(org.), *Dilemas do socialismo — a controvérsia entre Marx, Engels e os populistas russos*, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1982, p. 167—168.

6. Vários aspectos dessa passagem merecem reflexão para nos darmos conta de sua incompatibilidade com a problemática que informa o *Prefácio* de 1859.
7. Não é mais possível pensar numa contradição imanente e única cujo desenvolvimento espontâneo produziria o processo histórico; prova disso é que Marx não diz que o capitalismo não nasceu em Roma porque as forças produtivas não estavam suficientemente desenvolvidas; o que ele diz é que “meios históricos diferentes” levaram a resultados diferentes. Ora, a noção de meio histórico faz referência tanto aos modos de produção vigentes em cada situação considerada (pequena produção camponesa e escravidão no caso da Antigüidade; feudalismo no caso da Baixa Idade Média), como a fatores e circunstâncias variadas e instaura a idéia de uma pluralidade de causas na origem de um determinado modo de produção. O capitalismo não nasceu em Roma da Antigüidade, a despeito de lá terem surgido o capital—dinheiro e o trabalhador juridicamente livre e sem propriedade, porque faltou “algo” que induzisse esses dois elementos a se encontrarem como compradores e vendedores da força de trabalho. Acrescentaríamos, na linha de raciocínio de Marx no texto citado acima, que, no final da Idade Média, ressurgiram o capital—dinheiro e o trabalhador livre sem propriedade, mas, desta vez, “algo” fez com que esses dois elementos se unissem e produzissem a figura do moderno trabalhador assalariado. Logo, são vários os elementos e as condições necessários para que se forme a estrutura de um novo modo de produção e esses elementos e essas condições podem apresentar histórias relativamente independentes.
8. Em resumo, há uma pluralidade de causas que devem ser pensadas numa cadeia complexa e, não mais, como emanção necessária e mecânica de uma causa única. Se é assim, não se pode mais pensar o desenvolvimento espontâneo da estrutura conduzindo a uma nova estrutura e assim sucessivamente: modo de produção asiático, escravidão, feudalismo, capitalismo e socialismo. Logo, a lógica de reprodução de uma estrutura não é mais, obrigatoriamente, a mesma que faz nascer a estrutura nova. É por isso que a citada carta de Marx de 1877 rompe com a problemática hegeliana no plano da teoria da história.

A ELABORAÇÃO DE UMA

NOVA PROBLEMÁTICA PELO GRUPO ALTHUSSERIANO

9. Na década de 1960, o coletivo de autores que produzia, sob a direção de Louis Althusser, a obra *Lire Le capital* incumbiu Etienne Balibar de examinar o tema da transição. Ele partiu, como se sabe, da crítica ao *Prefácio* de 1859 e o criticou por ainda estar preso à problemática hegeliana ⁽⁶⁾. Balibar apoiou—se em outros textos de Marx, parte deles produzida na década de 1870, isto é, no “período tardio” ⁽⁷⁾, no capítulo *A acumulação primitiva* no volume I de *O capital*, o conhecido *Formas que precedem a produção capitalista* e alguns outros.

⁶ Estamos nos referindo ao texto de Etienne Balibar, “Sur les concepts fondamentaux du matérialisme historique”. Ver Althusser et alia *Lire le Capital*, Paris, PUF, 1996, p. 419—568. Ver, particularmente o último item desse texto — “Eléments pour une théorie du passage”, p. 520—568. Secundariamente, utilizamos também, do mesmo autor, *La philosophie de Marx*, Paris, La Decouverte, 1993 — particularmente o capítulo IV “Temps et progrès: encore une philosophie de l’histoire?”.

⁷ Como já indicamos em nota anterior, há uma edição brasileira das controvérsias entre Marx e Engels e os populistas russos. Rubem César Fernandes, org., *Dilemas do socialismo — a controvérsia entre Marx, Engels e os populistas russos*, op. cit. A correspondência entre Marx, Mikhailovski e Vera Zassulitch encontra-se nas páginas 157—188.

10. O texto de Balibar desenvolve—se em dois planos distintos — no plano epistemológico, tratando da problemática na qual se deve pensar uma teoria marxista da transição, isto é, uma teoria marxista da história, e no plano da teoria, quando o autor apresenta as suas teses sobre o período de transição.

11. A idéia geral do texto de Balibar é que é preciso pensar a transição fora da problemática hegeliana da evolução espontânea da estrutura movida por sua própria contradição interna. Uma estrutura não nasce, ao contrário do que supõe a concepção historicista (evolucionista e teleológica), de dentro da estrutura anterior. As contradições internas da estrutura existem, mas permanecem dentro dos limites estruturais do modo de produção. Tais contradições são responsáveis pelas crises cíclicas do capitalismo e pela dinâmica desse modo de produção. Porém, tal dinâmica não é o mesmo que a diacronia (transição) Como a transição não resulta da evolução espontânea da contradição própria da estrutura, as leis da transição de um modo de produção qualquer a outro modo de produção (leis da diacronia) são, obrigatoriamente, distintas das leis de reprodução de um modo de produção qualquer (leis da sincronia, para a reprodução simples, e da dinâmica, para a reprodução ampliada).

12. O que ocorre é que a reprodução ampliada, isto é, a dinâmica do modo de produção pode gerar efeitos contraditórios que, esses sim, poderão dar origem aos elementos do futuro modo de produção. “A contradição é derivada, e não originária”, diz Balibar, isto é não está na estrutura, mas nos efeitos da estrutura. O capital—dinheiro concentrado em poucas mãos e o trabalhador expropriado surgiram, diz Balibar utilizando o capítulo *A acumulação primitiva*, no período em que dominava o modo de produção feudal como efeito derivado da dinâmica desse modo de produção; a concentração e centralização do capital e a socialização do trabalho são efeitos da dinâmica do modo de produção capitalista. A formação dos elementos necessários do futuro modo de produção depende do quadro histórico determinado pelo antigo modo de produção. Essa genealogia dos elementos é a *pré—história* do novo modo de produção — Balibar serve—se, abundantemente, do capítulo *A acumulação primitiva*. Essa pré—história, que é a pesquisa das origens do novo modo de produção, analisando um a um o surgimento dos seus elementos componentes, está separada do *início* da sua estrutura, da sua história, cuja análise considera a estrutura na sua integridade. Aqui se trata, de fato, do começo de um novo modo de produção e, portanto, do objeto da teoria da transição.

13. Estabelecidas essas proposições epistemológicas gerais, Balibar apresenta as suas teses teóricas sobre a transição. As características da fase de transição segundo Balibar seriam: a) no nível da estrutura econômica a não—correspondência entre as relações de propriedade e as relação de apropriação material (o exemplo é o período da manufatura onde teríamos uma não—correspondência entre a propriedade já capitalista e o controle técnico da produção ainda nas mãos do trabalhador); b) no nível da estrutura social total, a não—correspondência entre os diferentes níveis da estrutura social, com um desajuste por antecipação do político (“o direito, a política e o Estado”) frente ao econômico. A não—correspondência, ou desajuste, faz com que as diferentes estruturas (político e econômico) e as diferentes relações (propriedade e apropriação material) em vez de reproduzirem as condições de reprodução das demais, interfiram no seu funcionamento alterando—as. Nessa parte, Balibar apresenta apenas, como ele mesmo diz, umas observações esquemáticas.

14. Vamos reter aquilo que interessa à discussão do nosso tema, que é o lugar do político na transição. Balibar afirma que no plano da estrutura social total, o período de transição é

caracterizado por um desajuste entre o político e o econômico: o político se antecipa em relação ao econômico. Balibar faz referências genéricas à violência do Estado e à manipulação da lei para tocar adiante o processo de acumulação primitiva como exemplo dessa antecipação. Essas indicações nos parecem impróprias. Não iremos argumentar porque nesse breve comentário. Apenas proporemos, sem maior argumentação, que a transição *se inicia* pelo desajuste Estado—economia, isto é, se inicia pelo desajuste entre, de um lado, a estrutura do Estado alterada pela revolução que avançou em relação à economia, e, de outro lado, a estrutura da economia, que ficou para trás, ainda marcada pelo modo de produção anterior. Poderíamos dizer, para ilustrar essa idéia, que, no processo de revolução política burguesa, que abre a transição ao capitalismo, o Estado burguês impulsiona, graças ao seu direito formalmente igualitário, a substituição do trabalho compulsório, que depende da hierarquia jurídica das ordens e estamentos, pelo trabalho livre, enquanto no processo de revolução política proletária, o Estado operário, que deve ser já um semi—Estado vinculado a uma democracia de massa (socialização de tarefas administrativas, judiciais e repressivas anteriormente monopolizadas pela burocracia, eleição dos burocratas remanescentes, mandato imperativo para todo cargo administrativo, judicial e de representação política etc.), impulsiona a socialização dos meios de produção (planejamento democrático unificado, gestão operária da produção na base), restaurando a homologia ou correspondência entre política e economia — ao fazer com que à socialização do poder criada pela revolução socialista passe a corresponder à socialização da economia (⁸).

RESGATE DA TESE DAS FORÇAS PRODUTIVAS

A PARTIR DA NOVA PROBLEMÁTICA ALTHUSSERIANA

15. Consideremos, agora, uma nova intervenção: aquela feita por Décio Saes no primeiro número de *Crítica Marxista*, num ensaio intitulado “Marxismo e história”. Saes parte das idéias contidas no texto de Balibar. Destaca e aprofunda algumas das conclusões mais gerais desse autor, mas altera algumas outras e se afasta dele num ponto importante: propõe um retorno à tese da primazia do desenvolvimento das forças produtivas, retorno informado, contudo, pela crítica ao *Prefácio* de 1859 e pela nova problemática da transição contidas no texto de Balibar.

⁸ Décio Saes e Luciano Cavini Martorano desenvolveram essas idéias estudando a transição para o capitalismo e a transição para o socialismo. Eu próprio discuti o tema ao analisar a questão da revolução política burguesa na Europa Moderna e a questão do poder político operário na Comuna de Paris de 1871. Ver Décio Saes, *A formação do Estado burguês no Brasil*, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra; Armando Boito Jr. “Revolução política e teoria da transição: uma crítica à análise poulantziana do Estado Absolutista”, texto inédito apresentado no Colóquio Althusser da Università Ca` Foscari de Venezia, fevereiro de 2004; Luciano Cavini Martorano, “Elementos do Estado proletário na Comuna de Paris”. In Boito Jr., Armando (org.), *A Comuna de Paris na história*, São Paulo, Editora Xamã, 2002; Armando Boito Jr., “Comuna republicana ou Comuna operária. A tese de Marx posta à prova” in Armando Boito Jr., organizador, *A Comuna de Paris na História*, obra citada, p. 47—66

16. A estrutura do modo de produção sendo funcionalmente integrada, o elemento dinâmico primordial estaria, afirma Saes seguindo Balibar, nos efeitos contraditórios do funcionamento da estrutura, basicamente, pelos seus efeitos no desenvolvimento das forças produtivas. Aprofundando contudo a tese da separação entre o funcionamento da totalidade social e a sua transformação, Saes entende que a determinação em última instância da economia — o elemento materialista do marxismo — aplica—se apenas na mudança histórica, isto é, na transição de um modo de produção a outro, sendo distinta a relação da economia com a política na reprodução da totalidade social. Na reprodução dessa, prevalece, entre as estruturas dessa totalidade, uma relação de condicionamento recíproco: a estrutura jurídico—política é condição para o funcionamento da estrutura econômica, que, por sua vez, é condição para o funcionamento daquela. No funcionamento dessa totalidade integrada e não—contraditória não há, portanto, determinação pelo econômico — e sequer determinação em última instância, ao contrário do que pretendiam Balibar e os althusserianos. Essa radicalização da separação entre a reprodução e a transição repercute também na teoria das classes sociais. O autor entende que até um determinado nível de desenvolvimento das forças produtivas não existem classes sociais, mas grupos funcionais. As classes sociais se formariam apenas na etapa de crise e transição para um novo modo de produção.

17. “(....) o processo de evolução das forças produtivas, próprio a qualquer modo de produção, cria condições para a transformação dos diferentes grupos funcionais, constituídos na esfera do processo produtivo, em classes sociais antagônicas. (....) Por sua vez, o desenvolvimento da contradição entre as classes sociais antagônicas — isto é, o desenvolvimento da luta de classes — determina a deflagração da revolução social: destruição da estrutura jurídico—política correspondente às relações de produção vigentes, formação de uma nova estrutura jurídico—política, defasada por antecipação relativamente às relações de produção vigentes. (....) Esse esboço (....) se aproxima do esquema staliniano da mudança histórica, já que em ambos o desenvolvimento das forças produtivas detém a primazia no processo global de transformação qualitativa das sociedades humanas, por ser o ponto inicial de uma *cadeia causal* (....). Em ambos, igualmente, a destruição da antiga estrutura jurídico—política — a ‘revolução social’ que resulta do aguçamento da luta de classes — constituem a *causa imediata* da transformação das relações de produção (a *causa remota* dessa transformação sendo o desenvolvimento, prévio, das forças produtivas, registrado na vigência das relações de produção anteriores).⁹”

18. A problemática de Balibar está claramente presente nessa formulação: a estrutura não é contraditória, a reprodução e a transição obedecem a leis distintas, há várias causas e fatores na explicação da história. Porém, a reintrodução da primazia do desenvolvimento das forças produtivas enseja a pergunta: o que mudou em relação ao *Prefácio* de 1859? Não se trataria da reintrodução da teoria economicista das forças produtivas pela porta dos fundos? Entendemos que não, porque a mudança de problemática (da hegeliana para a balibariana) repercuti profundamente na tese da primazia das forças produtivas. Aqui, a idéia de cadeia causal é importante: o movimento econômico pode gerar grupos sociais novos, com interesses e valores novos, que não se enquadram no sistema social existente,

⁹ Décio Saes, “Marxismo e história”, *Crítica Marxista*, n. 1, São Paulo, Editora Brasiliense, 1993, p. 53—54 e 55—56.

desestabilizando—o⁽¹⁰⁾. A transição começa quando e somente se tais grupos lograrem realizar uma revolução política.

QUESTÕES EM ABERTO

19. Por que ocorre (ou pode ocorrer) um desenvolvimento das forças produtivas ao longo da história? Por que esse desenvolvimento, ou a mudança econômica em geral, afeta toda estrutura social?

20. Esse é um ponto cego da teoria marxista, o que não diminui em nada a sua qualidade científica. Grandes cientistas, que propiciaram saltos qualitativos na história da ciência, formularam suas teorias conscientes dos limites que elas continham e do fato de que dificilmente poderiam, eles próprios em sua época, superar tais limites. Do nosso ponto de vista, entendemos que o conhecimento histórico disponível na época de Marx inviabilizava a explicação sobre o porque do desenvolvimento das forças produtivas na história.

Comparando as hipóteses para uma teoria da história presentes no *Prefácio* de 1859 com outros domínios do conhecimento científico, poderíamos lembrar que Charles Darwin formulou a teoria da origem das espécies pela via da seleção natural, na qual a transmissão de caracteres de uma geração para outra desempenha papel central, sem conhecer os fundamentos da genética, e que Sigmund Freud formulou a sua teoria das neuroses como manifestações deformadas de pulsões recalcadas, principalmente pulsões de tipo sexual, sem poder explicar as razões da importância desse tipo de pulsão⁽¹¹⁾.

21. Talvez a explicação para a primazia do desenvolvimento das forças produtivas deva recorrer, tanto a alguns dos atributos biológicos e psíquicos da espécie humana quanto aos processos históricos das formações sociais.

¹⁰ Essa tese foi originalmente defendida por Tom Bottomore, *Elites e sociedade*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1965.

¹¹ Apoio—me em dois estudiosos das obras de Darwin e Freud. Jonathan Howard, *Darwin*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1982, p. 109 e 115; Laplanche e Pontalis, *Vocabulário de psicanálise*, São Paulo, Martins Fontes, p. 404..